

# **Herança maldita do Projeto Salitre: Etnografia das narrativas de dor, sofrimento e resistência dos habitantes do Vale do Rio Salitre frente aos impactos de um projeto de desenvolvimento agrícola<sup>1</sup>**

Renato Santos do Nascimento - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (POS-AFRO/BA/BR)

Palavras-chave: Irrigação, desenvolvimento, conflito

## **APRESENTAÇÃO**

Localizado na porção norte da Bahia, o rio Salitre tem sua nascente em Boca da Madeira, na Chapada Diamantina, município de Morro do Chapéu-BA. Com um percurso de 333 km, ele deságua no Rio São Francisco, na comunidade de Sabiá, município de Juazeiro-BA, após passar, além Juazeiro, por mais oito municípios baianos: Campo Formoso, Várzea Nova, Umburanas, Jacobina, Mirangaba, Morro do Chapéu, Ouroândia e Miguel Calmon.

A Bacia Hidrográfica do Salitre (BHS) faz divisa com diversas Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA): ao noroeste com a RPGA do Lago de Sobradinho, a leste com a RPGA do Rio Itapicuru, ao nordeste com as RPGAs dos rios Macururé e Curaçá, a oeste com as RPGAs dos rios Verde e Jacaré, e ao sul com a RPGA do Rio Paraguaçu (INEMA, 2017). Completamente situada em território baiano, a BHS é uma sub-bacia do Rio São Francisco, dividida em Alto, Médio e Baixo Salitre.

A parte central e mais baixa da bacia, conhecida como Baixo Salitre, apresenta um relevo plano e suavemente ondulado. Os solos possuem aptidão agrícola limitada para culturas de sequeiro, como feijão, milho, melancia e mandioca, que requerem baixo ou médio nível de tecnologia, mas têm alto potencial para a agricultura irrigada. Nessa região, entre os municípios de Campo Formoso e Juazeiro, ao longo das terras que acompanham o rio, diversas comunidades e povoados habitados por agricultores compõem a paisagem do vale do rio Salitre com suas atividades na pequena agropecuária. Devido ao potencial do solo para a agricultura irrigada, é nesse trecho da BHS que está localizado o Perímetro Irrigado do Projeto Público de Irrigação Salitre (Projeto Salitre).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano 2024)

Esta pesquisa investiga os conflitos por água e terra que perduram no Vale do Salitre ao longo de mais de seis décadas, desde os primeiros estudos de viabilidade hídrica e agrícola na região para a implantação do Projeto Salitre, na década de 1960. Etnograficamente, explora as histórias e narrativas de espera, dor e sofrimento dos agricultores que residem no vale, analisando suas experiências e percepções sobre os impactos socioambientais provocados pelo projeto, os quais eles classificam de "herança maldita". Este termo representa uma estratégia discursiva clara para denunciar os danos causados pelo projeto.

A pesquisa se debruça, também, sobre a luta dos agricultores pela perenização do rio, pelo uso responsável da água, conforme estabelecido pela lei 9.433/97, que prioriza o consumo humano em situações de escassez, e pela distribuição dos benefícios prometidos. Estes incluem a alocação de lotes agrícolas, atualmente concentrados nas mãos dos grandes produtores do agronegócio que exploram a terra (os recursos naturais) da região. Portanto, este estudo se caracteriza como uma etnografia da vida do povo salitreiro, cuja existência foi profundamente alterada em nome de um desenvolvimento historicamente alinhado com uma ideologia ocidental de exploração e dominação e social.

### **Salitreiros e salitreiras: vivendo ao longo do rio Salitre**

Os moradores das comunidades no Vale do Rio Salitre subsistem principalmente da pequena agropecuária, que envolve o cultivo em roças próximas às suas moradias e a criação de animais. Normalmente, são os agricultores mais velhos que cuidam dessas roças, utilizando técnicas de irrigação introduzidas na região pelo Projeto Público de Irrigação Salitre. Os agricultores jovens, homens e mulheres, trabalham nas monoculturas produzidas em grandes propriedades localizadas no perímetro irrigado do projeto. Se autodenominam salitreiros, o que claramente reafirma suas identidades com o rio que lhes proporciona sustento e sentimento de pertencimento. Esta autodenominação vai além da simples referência geográfica, à semelhança do que fazem os gestores de grandes projetos de desenvolvimento. Ela se constitui principalmente como um símbolo de resistência e enfrentamento.

Os salitreiros, ainda hoje unidos por laços de compadrio e parentesco, viviam tradicionalmente em territórios que denominam de “terra de cerca caída”, áreas de uso coletivo que não eram atingidas pelas enchentes do rio, o que era comum na região até meados dos anos 1980. Essas terras, hoje cada vez mais restritas, eram utilizadas coletivamente para o cultivo de lavouras pequenas e temporárias, geralmente ao longo do curso do rio, mas em áreas afastadas de seu leito, nas partes altas e planas. Era comum nelas a construção de casas de taipa, técnica de construção com paredes erguidas com barro socado em moldes de varas e cordas de caroá, além da criação de pequenos animais como caprinos e bovinos, onde os agricultores viviam temporariamente durante o período de invernada. Essa prática de uso compartilhado do território passou por significativas transformações com o longo processo de implantação do Projeto Salitre. Atualmente, essas terras estão cercadas e ocupadas pela grande agricultura, o que impede os salitreiros de nelas desenvolverem suas atividades.

Recentemente, alguns interlocutores relataram que agentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPROMI) visitaram comunidades do entorno do perímetro irrigado para cadastramento de seus moradores e possível reconhecimento da região como território de fundo de pasto pelo governo do Estado da Bahia. Nesta área, o uso tradicional das terras de “*cerca caída*” (terras com proprietários reconhecidos, afastadas da área habitada, mas usadas pelos agricultores locais no cultivo de pequenas lavouras) e das “*terras secas*” para pastoreio e cultivo agrícola em diferentes períodos do ano, conforme as condições climáticas, caracteriza-se como uma prática local de territorialização e um marco importante dos modos de produção e reprodução social dos moradores do vale. Interlocutores ouvidos durante trabalho de campo demonstraram estarem cientes da importância dessa tradição para o reconhecimento do território onde habitam e incorporam suas identidades (ALMEIDA, 2004) como fundo de pasto. No entanto, as discussões sobre essa identidade ainda são tímidas entre os moradores das comunidades.

Em um contexto marcado pela expansão de um grande projeto de desenvolvimento agrícola e pelas ações desastrosas de descaso planejado (Scott, 2009), que ameaçam suas tradições e modos de vida desde a década de 1960, os salitreiros lutam em defesa não apenas da terra (rio, água, solo, caatinga etc.), recurso natural essencial para a vida no campo, mas também do território, espaço no qual suas identidades são coletivamente

incorporadas (ALMEIDA, *ibid.*). Portanto, a identidade salitreira desempenha papel fundamental na luta dos ribeirinhos pela preservação de seus direitos, do rio Salitre e de seus recursos naturais, além de ser elemento importante na busca por autonomia frente aos impactos do projeto.

### **A pesquisa: entre o afeto e a etnografia**

A pesquisa teve início em 2016, motivada por minhas relações de afeto (GOLDMAN, 2005) com o lugar, por minhas memórias, caminhadas pela região e experiências compartilhadas por familiares que residem no vale. No entanto, um dos principais estímulos foi a leitura do documento "Salitre: de onde viemos, para onde vamos", publicado em 2014. Esse documento, uma espécie de carta aberta à sociedade, foi elaborado durante uma reunião na comunidade de Alfavaca, Baixo Salitre. Conhecido também como uma carta política, o texto destaca que o encontro reuniu salitreiros, salitreiras, jovens, adultos, crianças e idosos de cerca de vinte comunidades afetadas pelas obras do Projeto Salitre, localizadas às margens direita e esquerda do rio, além de várias organizações sociais que apoiam suas reivindicações.

O encontro, conforme registrado no documento mencionado, teve como objetivo refletir sobre a história de luta e resistência do povo salitreiro desde o período colonial. Nessa época, o território foi brutalmente explorado por bandeiras lideradas por membros da família colonial Garcia D'Ávila, resultando no extermínio das populações indígenas que habitavam o vale. Além disso, o encontro buscou discutir coletivamente os desafios atuais e propôs elementos para a construção de um projeto popular e inclusivo para o Salitre. Esse projeto, cabe destacar, contrapõe-se às intervenções impostas às comunidades pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), a estatal responsável pela gestão do Projeto Salitre. A inauguração do Núcleo de Leitura D. José Rodrigues e a entrega do espaço de leitura Arca das Letras foram estabelecidos como passos importantes no processo de construção de um projeto de inclusão e emancipação para o Salitre.

A chegada da energia elétrica às comunidades foi vista como um catalisador de grandes mudanças no comportamento e na produção, ligada ao desenvolvimento agrícola imposto de maneira arbitrária. Durante minhas visitas às comunidades do Baixo Salitre/Juazeiro,

interlocutores frequentemente ecoaram o que foi discutido na mencionada reunião: a eletrificação intensificou a exploração, a concentração de terras e água, e resultou nos trágicos eventos de 1984 em Campo dos Cavalos. Naquele ano, o vale enfrentava quase quatro anos de seca, o que reduziu drasticamente o fluxo de água no rio Salitre, agravado pela exploração excessiva dos grandes produtores.

Dois desses produtores, que possuíam propriedades rio acima, construíam pequenas barragens em suas áreas de cultivo para reter a água do rio. Essa prática privava os agricultores das comunidades rio abaixo do acesso ao recurso, resultando na perda de lavouras e animais. Como medida para assegurar o fluxo de água para suas comunidades, os agricultores organizavam mutirões para derrubar as barragens, também conhecidas como tapagens. Diante dos resultados limitados, decidiram agir de forma mais drástica, derrubando os postos de transmissão de energia para interromper o funcionamento das bombas usadas na irrigação das grandes propriedades.

Insatisfeitos, dois grandes empresários, acompanhados de seus jagunços, desceram até a comunidade de Campo dos Cavalos, baixo Salitre, durante uma reunião dos salitreiros e suas associações e ameaçaram os presentes com armas. Em resposta, homens, mulheres, crianças e idosos enfrentaram os agressores, resultando na morte dos empresários. Esse episódio, conhecido na mídia como "chacina do Salitre", foi citado na reunião de 14 de março de 2014 como consequência de um modelo agrícola baseado em tecnologias de irrigação excludente, uso de agrotóxicos e cultivos de curto prazo, introduzidos no Vale do Rio Salitre pelo Projeto Salitre, juntamente com a eletrificação.

Por muitos anos, o Projeto Salitre foi visto como a redenção do povo salitreiro. No entanto, para as populações atingidas, ele se tornou motivo de decepção e indignação. As famílias de agricultores agora servem como mão de obra barata nas grandes propriedades, frequentemente sem garantia de direitos trabalhistas. Durante o trabalho de campo, muitos moradores relataram essa situação e se definiram como "arrendatários em nossa própria terra".

Com o tempo, a escassez de água, agravada pelas condições climáticas da região e pela retenção nas grandes propriedades agrícolas banhadas pelo rio Salitre, deixou de ser o único problema. As narrativas locais e os registros realizados durante trabalho de campo

apontam que, além da água para consumo humano, animal e produção, o acesso à terra também se tornou uma questão de luta. A falta de terra para a pequena agricultura tem interferido diretamente na qualidade de vida das comunidades ribeirinhas.

Apesar de todos esses problemas, os salitreiros e salitreiras não desistem da luta. Enfrentando os efeitos do Projeto Salitre, as instituições gestoras e o descaso do Estado, eles se organizam de diversas formas: criando associações, preparando os jovens para ocupar novos espaços na sociedade através da formação continuada para a vida política e acadêmica, e criando museus, espaços de leitura e bibliotecas. A luta atual dessa população é pela melhoria de seu modo de vida, inclusão nos benefícios prometidos pelo Projeto Salitre e pela permanência de suas famílias nas comunidades. Por meio de esforços coletivos e ações comunitárias, buscam soluções que garantam o acesso justo à terra e à água, essenciais para a preservação de suas tradições e o desenvolvimento sustentável da região.

### **O Projeto Salitre: da Promessa de desenvolvimento ao legado de desilusão**

No início dos anos 1960, o Vale do Rio Salitre foi integrado à rota da ideologia e das políticas desenvolvimentistas do Estado brasileiro. Em colaboração com a ONU/FAO e o BIRD, diversos estudos de viabilidade agrícola foram conduzidos na região para a implementação do Projeto Público de Irrigação Salitre.

Esse projeto, oficialmente inaugurado somente em 2010, sustentado no discurso benevolente das políticas desenvolvimentistas do governo militar como resposta às necessidades econômicas e sociais da região nordeste, pretendia transformar a região do Salitre em um polo agrícola produtivo e sustentável, integrado ao Polo Agrícola do Médio São Francisco. No discurso do Estado e das instituições gestoras do projeto, a iniciativa envolveria a criação de uma infraestrutura de irrigação moderna, que resultaria no aumento da produtividade agrícola e na melhoria das condições de vida das comunidades locais, que além de serem indenizadas pelas perdas de terras tradicionalmente ocupadas, seriam integradas ao projeto por meio do assentamento em lotes agrícolas e apoio na implementação da agricultura irrigada.

Implantado em um contexto de desejo, esperança e frustração de um povo que historicamente luta pela terra e resiste às variações extremas das condições climáticas do semiárido baiano, o projeto Salitre é hoje um exemplo claro do que Parry Scott (2009) define como *descaso planejado*. Este conceito refere-se aos processos de grandes construções para o desenvolvimento que desmobilizam e desestruturam territórios de povos e comunidades tradicionais como uma ação estrategicamente planejada pelo Estado e por grupos empresariais (NASCIMENTO, 2021). Fundamentado teoricamente neste conceito, Scott reflete sobre como a forma de ação dos grandes projetos é consciente dos danos causados às comunidades onde são implementados (SCOTT, 2009, p. 9-10). Nesta perspectiva, cada etapa é cuidadosamente negociada, planejada e configurada por cenários desiguais que são imaginados propositalmente, evidenciando uma dinâmica na qual os interesses dominantes deliberadamente marginalizam e impactam negativamente as populações locais (NASCIMENTO, 2021, p. 23-24).

Ao contrário do prometido pelo discurso estatal, o desenvolvimento da agricultura irrigada na região acabou por colonizar realidades, silenciar histórias e excluir e deslocar compulsoriamente (MAGALHÃES, 2007) agricultores de áreas potencialmente produtivas. Seguindo o padrão de grandes projetos de desenvolvimento que causam maiores prejuízos àqueles que habitam as áreas afetadas (SCOTT, *ibid.*), e que são compulsoriamente envolvidos, esse processo relegou os interesses locais a segundo plano e aprisionou os atingidos na esperança permanente de que um dia seriam incluídos na distribuição dos "resultados positivos" do empreendimento.

Para os salitreiros, restou uma herança de dor, espera e sofrimento devido aos danos socioambientais causados pelas obras de implantação do projeto e pela agricultura irrigada nos grandes lotes ocupados por grandes produtores. Como frequentemente afirmam, o que ficou para eles foi uma "herança maldita", resultado de uma cultura arbitrária (Bourdieu, 2005) de cultivo intensivo da terra, imposta e dissimulada sob o discurso benevolente do desenvolvimento.

### **Considerações finais**

Ao longo das várias etapas e retomadas de estudos para a implementação do Projeto Salitre, uma realidade nunca concretizada foi constantemente mistificada: a promessa de

redenção para o povo salitreiro, ou seja, a melhoria na qualidade de suas vidas e o acesso garantido à água e à terra. Os impactos devastadores dessa realidade, frequentemente obscurecidos na retórica da próxima etapa, são evidenciadas na carta política aberta à sociedade, publicada em 2014.

Neste documento, como mencionado anteriormente, os agricultores salitreiros refletem sobre suas origens, realidade e futuro, lamentando que a redenção prometida por tantos anos pelos gestores do projeto tenha se transformado em espera, tristeza, dor, decepção e indignação. Relegados a mão de obra barata para os verdadeiros beneficiários da inconclusa implantação do Projeto Salitre, chamam de herança maldita os impactos sofridos pelo desenvolvimento.

Essa percepção dos salitreiros sobre os efeitos do Projeto Salitre não é estática; ela ocorre e se desenvolve ao longo do tempo, como observado anteriormente. É dentro dessa perspectiva perceptiva que está fundamentada a retórica da continuidade, a qual tem impactos concretos sobre as comunidades afetadas por grandes projetos de desenvolvimento, gerando medo, apreensão, incertezas e sofrimento, e influenciando profundamente suas decisões sobre o futuro de suas famílias (FARIAS JUNIOR, 2016).

Michael Herzfeld (2014) argumenta que as intervenções desenvolvimentistas estão profundamente enraizadas em estruturas de poder, influências políticas e decisões locais, destacando a necessidade crucial de uma etnografia meticulosa no local para compreender essas dinâmicas (p. 196). O autor destaca, ainda, que, em algumas situações, a ideia de que o desenvolvimento permite às comunidades locais podem colocar suas próprias e definir suas próprias prioridades pode, na verdade, servir como um mecanismo para garantir o ele define de conluio, especialmente por parte de uma elite local disposta a cooperar em qualquer iniciativa que beneficie seus interesses imediatos (ibid.). Esta perspectiva enfatiza que os estudos sobre projetos de desenvolvimento não podem se limitar à análise das narrativas oficiais que enfatizam os potenciais benefícios econômicos propagandeados pelos seus executores. É igualmente importante examinar os impactos sociais, culturais, éticos e ambientais que surgem ao longo dos processos de implementação.



Historicamente promovida por instituições como o Banco Mundial, a abordagem desenvolvimentista tem gerado intensos debates devido aos problemas socioambientais, econômicos e culturais frequentemente associados a esses projetos. É dentro deste contexto de debates que esta pesquisa antropológica se insere, buscando ampliar o conhecimento existente sobre o tema através de uma abordagem etnográfica que dê voz às populações afetadas. Essa pesquisa enfatiza a natureza temporal e histórica das experiências perceptivas (MERLEAU-PONTY, 1999) das comunidades, reconhecendo que tais percepções não são estáticas, mas ocorrem e se desenvolvem ao longo do tempo. No caso específico deste estudo, essas percepções acompanham os eventos que marcaram a implantação de um projeto de desenvolvimento ao longo de mais de sessenta anos.

## Referencias

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **In.: R. B. Estudos Urbanos e Regionais**. Brasil, v.6, n.1, 2004. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102/86>>. Acessado em 18.09.2020

ALMEIDA, A. W. Conceito de terras tradicionalmente ocupadas. **In: Palestra-Seminário Sobre Questões Indígenas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. [2004?]. Disponível em :[https://sb.fgv.br/catalogo/index.asp?codigo\\_sophia=224421](https://sb.fgv.br/catalogo/index.asp?codigo_sophia=224421). Acesso em: 09 jul. 2020.

BRASIL – BAHIA – BIRD/INEMA/CBHS. **Plano de Recursos Hídricos e Proposta de Enquadramento dos Corpos de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre: Síntese Executiva**. Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre. Salvador, 2017. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/1149.00-PF-03-R01.pdf>. Acesso em: 18.09.2019.

Carta Política Seminário Salitre: **De onde viemos? Para onde vamos?** Articulação São Francisco Vivo, 16 mar. 2014. Disponível em: <http://goo.gl/eBLVeP>. Acesso em: 13.07.2018.

DOURADO, José Aparecido Lima. **Das terras do Sem Fim aos Territórios do Agrohidronegócio: conflitos por terra e água no vale do São Francisco**. 2015. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2015 360 fl.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará**. Tese (Doutorado) – Curso do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/75>. Acesso em: 10.04.2022.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **FAO no desenvolvimento da Irrigação no Vale do São Francisco - Brasil**. Brasília: Codevasf, 1980. 12 f. Disponível em: [http://sophia.codevasf.gov.br/index.asp?codigo\\_sophia=4012](http://sophia.codevasf.gov.br/index.asp?codigo_sophia=4012). Acesso em: 27 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. **Survey of the São Francisco River Basin**. Vol. I: General Report. Document FAO/SF:22/BRA. FAO/UNDP: Rome. 1966. Disponível em: <https://edepot.wur.nl/483010>. Acessado em: 23 de agosto de 2020

\_\_\_\_\_. **Survey of the São Francisco River Basin**. Vol. III: General Report. Document FAO/SF:22/BRA. FAO/UNDP: Rome. 1966. Disponível em: <https://edepot.wur.nl/483010>. Acessado em: 19 de agosto de 2020

GOLDMAN, Marcio. Jeanne Favret-Saada. Os afetos, a etnografia. **In.: Cadernos de Campo**. São Paulo, n. 13, p. 149-153, 2005.

HERZFELD, Michael. Desenvolvimentismo. **In.: Antropologia – prática teórica na cultura e na sociedade**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2014.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. Belém : UFPA, 2007. 278 f. il.; 29,7 cm.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

REIS, Ana Maria Bianchi dos. **Salitre: Uma contribuição para a análise da produção camponesa**. Tese de Doutorado. Salvador, 1986.

SILVA, Érica Daiane da Costa. **A comunicação e as lutas pela água no vale do Salitre – Juazeiro**. Monografia apresentada à Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas como requisito para obtenção do título de bacharel em Comunicação Social: Jornalismo em Multimeio. Universidade do Estado da Bahia, 2010 – p. 108.